



Apêndice I do ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015/2025

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Número do processo: 13032.254229/2025-01

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Trata-se da contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços de reforma da calçada frontal e impermeabilização do subsolo da Agência da Receita Federal do Brasil em São Bernardo do Campo/SP.

As caixas de esgoto e de águas pluviais da calçada frontal da citada agência estão danificadas, apresentando aberturas e trincas internas, resultando em escoamento direto no solo dos dejetos do esgoto e das águas das chuvas. Através de teste de impacto simples, constatou-se que o solo se apresenta saturado abaixo do calçamento, pois perdeu sua resistência mecânica.

Caso o quadro persista, haverá patologias na estrutura do imóvel, tais como infiltrações no subsolo do imóvel, erosões e afundamentos, pois a edificação possui pavimento inferior em contato direto com o nivelamento da rua, o que trará consequências negativas à segurança dos pedestres e usuários da unidade. Desta forma, faz-se necessária a contratação de pessoa jurídica, sobretudo para resguardar e preservar o patrimônio público da nossa unidade e, consequentemente, garantir as necessidades de natureza operacional da instituição.

Cabe observar que em nossos quadros não há mão de obra própria para o desempenho funcional das atividades objeto desta demanda. As disposições contidas na Lei nº 9.632, publicada no DOU de 08/05/98, que trata da extinção de Cargos da Administração Pública Federal, preveem que a contratação das atividades correspondentes será mediante a execução indireta. A Instrução Normativa SEGES/ME nº 98/2023 recepcionou a Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017 que disciplina a contratação e a execução indireta dos serviços terceirizados. Assim, a terceirização dos serviços que pretendemos contratar aqui é o meio mais adequado para a consecução dos resultados desejados, com observância aos princípios da economicidade e da eficiência e à satisfação do interesse público.

O projeto básico para execução do serviço foi elaborado pela empresa AS Neto Engenharia EIRELI.

3. ÁREA REQUISITANTE

Áreas Requiritantes	Responsáveis
Eqeng – Equipe Regional de Obras e Serviços de Engenharia e GABIN – ARF/SBC	Calixto Yamamoto de Paiva e Mario Cesar Giroldo Valerio

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

a) Requisitos necessários ao atendimento da necessidade:

Item	Descrição
Capacidade Técnica	O serviço requer empresa técnica especializada, devidamente registrada no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) ou CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais) , com profissionais habilitados e devidamente qualificados.



Capacidade Técnico-Operacional	<p>A licitante deve demonstrar que possua em seu acervo atestados técnicos que comprove que prestou serviços de:</p> <p>a) reforma de calçada em, no mínimo, 30 m²; e</p> <p>b) impermeabilização em, no mínimo, 6 m².</p> <p>Ambos os serviços executados em obra única ou não.</p> <p><u>Observação:</u> Os quantitativos mínimos exigidos acima, corresponde a aproximadamente 50% da quantidade a serem instalados conforme projeto básico original, que é de, respectivamente, 56 m² e 11,32 m².</p>
Capacidade Técnico-Profissional	<p>Apresentação de Certidões de Acervo Técnico – CAT contendo informações que comprovem que o(s) profissional(is) elaborou(am):</p> <p>a) reforma de calçada; e/ou</p> <p>b) impermeabilização.</p> <p><u>Observação:</u> As certidões para comprovação de execução dos itens a) e b) acima podem ser comprovados por profissionais diferentes.</p>

De acordo com o quadro abaixo, os responsáveis técnicos, conforme fundamentação do respectivos conselhos, poderão ser os **Engenheiro(a)s**, ou o **Arquiteto(a)** ou o **Técnico(a) em Edificações**.

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS DA CONTRATADA		
Ocupação (CBO)	Descrição Sumária	Fundamentação
Engenheiro Civil (2142-15)	Gerencia e desenvolve projetos de construções e reforma de prédios, rodovias, ferrovias, viadutos, portos entre outros. Acompanha cronograma físico e financeiro da obra, elabora orçamentos e realiza levantamento quantitativo de equipamentos, materiais e serviços.	Art. 7º da Resolução CREA nº 218/73: O engenheiro civil desempenha as atividades da engenharia referentes a edificações, estradas, pistas de rolamentos e aeroportos; sistema de transportes, de abastecimento de água e de saneamento; portos, rios, canais, barragens e diques; drenagem e irrigação; pontes e grandes estruturas; seus serviços afins e correlatos.
Arquiteto (2141-05)	Elaboram planos e projetos associados à arquitetura em todas as suas etapas, definindo materiais, acabamentos, técnicas, metodologias, analisando dados e informações. Fiscalizam e executam obras e serviços, desenvolvem estudos de viabilidade financeira, econômica, ambiental. Podem prestar serviços de consultoria e	Art. 2º da Resolução CAU nº 21/2012: As atribuições profissionais do arquiteto e urbanista a que se refere o artigo anterior são as seguintes: (...) XII – execução, fiscalização e condução de obra, instalação e serviço técnico.



	assessoramento, bem como estabelecer políticas de gestão.	
Técnico em Edificações (3121-05)	Realizam levantamentos topográficos e planialtimétricos. Desenvolvem e legalizam projetos de edificações sob supervisão de um engenheiro civil; planejam a execução, orçam e providenciam suprimentos e supervisionam a execução de obras e serviços. Treinam mão-de-obra e realizam o controle tecnológico de materiais e do solo.	Art. 1º da Resolução CFT nº 58/19: Os Técnicos Industriais com habilitação em Edificações têm a prerrogativa para I – Conduzir, dirigir e executar os trabalhos de sua especialidade no âmbito da construção civil; II – Prestar assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas para a construção civil; III – Orientar e coordenar a execução de serviços de manutenção de equipamentos e instalações utilizados na construção civil; IV – Dar assistência técnica na compra, venda e utilização de produtos e equipamentos especializados na construção civil; V – Responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos de construção civil.

b) Natureza: Os serviços são enquadrados como “comuns de engenharia” nos termos do Art. 6º, XXI, da Lei 14.133/2021, uma vez são serviços privativos das profissões de engenheiro, arquiteto ou de técnicos especializados, e “objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens”. Assim, poderá ser utilizada, para sua contratação, a modalidade **pregão por meio eletrônico**.

Diferente do conceito de obra, contida no inciso XII, do art. 6º, os serviços que pretendemos contratar aqui não alterarão significativamente as características originais do bem imóvel, não haverá ampliação dos espaços, os quais continuarão a exercer a mesma função. Portanto, não se produzirá ou realizar-se-á algo novo ou que nunca havia sido feito antes. Logo, a execução dos serviços que pretendemos contratar é conceituada como **serviço comum de engenharia**.

c) Duração: 90 dias, a partir da emissão da ordem de serviço. Como o serviço é por escopo, não há previsão de prorrogação contratual, exceto quando expressamente justificado, pelo prazo necessário à conclusão do objeto.

d) Práticas de transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas: não há necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, uma vez que as técnicas utilizadas são de domínio comum, conhecidas da grande maioria, senão de todas as empresas do ramo, e não há propriedade intelectual a proteger.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Os serviços de engenharia aqui pretendidos são fornecidos por uma ampla quantidade de empresas de engenharia do mercado aptas a fornecer o objeto, e o fato de rotineiramente



ser licitado pelo Poder Público também serve de parâmetro para reforçar o conceito de "serviço comum".

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Reforma da Calçada:

- **Mobilização:** montagem do canteiro de obras, o que incluirá colocação e montagem de todos os equipamentos e máquinas necessários à execução dos serviços;
- **Demolições e Remoções:** deverão ser realizadas manual e/ou mecanicamente, tomando cuidados especiais necessários de forma a não promover abalos ou danos nas estruturas de concreto ou em quaisquer outros elementos das edificações existentes, utilizando-se de ponteiros, talhadeiras, marretas e equipamentos pneumáticos ou elétricos (martelletes, esmerilhadeiras e serras elétricas, entre outros);
 - **Demolição de Piso:** executado manualmente com auxílio de marretas e talhadeiras todo piso e contrapiso da calçada frontal, com descarte dos entulhos;
 - **Demolição de Caixas de Passagem:** Demolir manualmente com auxílio de marretas e talhadeiras as caixas de passagem de águas pluviais, esgoto sanitário e gordura existentes na calçada frontal do prédio, de forma cuidadosa de modo a danificar o mínimo possível o piso de acabamento no entorno delas;
 - **Remoção de Entulhos.**
- **Instalação Hidrossanitária:**
 - **Caixas de Passagem:** deverão ser substituídas por novas, com fundo de concreto estrutural de 10cm de espessura e alvenarias de tijolos maciços assentados e revestidos com argamassa no traço 1:4 em volume (cimento, areia grossa) com aditivo impermeabilizante tipo Sika 1, ou similar;
 - **Tubulação Hidrossanitária:** Em tubo de PVC soldável marrom para água fria, com diâmetro de 100mm, instalados com declividade mínima de 0,5% das saídas das caixas de esgoto, pluviais e gordura, até os ramais de coleta municipais;
- **Pisos da Calçada:** O piso da calçada e as caixas de passagem do sistema hidrossanitário deverão ser substituído por novos, com a remoção do existente e construção de laje de concreto armado para o substrato. Acabamento em ladrilho hidráulico 20x20cm no padrão São Bernardo, na cor cinza. Procedimentos: Compactação e nivelamento do solo, instalação de colchão de brita, lona plástica, tela soldada, concreto, junta seca e ladrilho hidráulico;
- **Limpeza da Obra e Desmobilização.**

Impermeabilização:

- **Mobilização:** montagem do canteiro de obras, o que incluirá colocação e montagem de todos os equipamentos e máquinas necessários à execução dos serviços;



- **Demolições e Remoções:** deverão ser realizadas manual e/ou mecanicamente, tomando cuidados especiais necessários de forma a não promover abalos ou danos nas estruturas de concreto ou em quaisquer outros elementos das edificações existentes, utilizando-se de ponteiros, talhadeiras, marretas e equipamentos pneumáticos ou elétricos (marteleiros, esmerilhadeiras e serras elétricas, entre outros);
 - **Pisos de Concreto:**
 - **Demarcação do Corte:** execução com equipamento eletromecânico com disco de vídea nos pisos de modo a definir a faixa de demolição;
 - **Demolição do Piso:** demolir manualmente com auxílio de marretas e talhadeiras as partes do piso que serão removidas, de forma cuidadosa para não danificar o sistema de impermeabilização existente, deixando o mesmo a vista em faixa de no mínimo 10cm para receber a nova impermeabilização.
 - **Remoção da Proteção Mecânica Primária:** remover manualmente com auxílio de espátulas e talhadeiras o sistema de proteção primária do sistema de impermeabilização de mantas asfálticas existentes, de forma cuidadosa para não o danificar, deixando faixa de pelo menos 10cm da manta à vista para receber a restauração.
 - **Remoção de Entulhos.**
- **Recomposição das Impermeabilizações:**
 - **Geotêxtil Drenante:** instalar sobre a laje de concreto do piso material drenante de não tecido de poliéster, tipo Bidim, com densidade de 140gr/m², com anterior tamponamento do olho d'água com cimento de cura ultrarrápida tipo Sika2 ou similar.
 - **Manta Asfáltica 3 e 4 mm:** instalar manta asfáltica tipo III, em camada dupla de 3mm e 4mm de espessura, não aderida, emendada a fogo de maçarico sobre o sistema de impermeabilização existente.
- **Recomposição de Acabamentos:**
 - **Pisos de Concreto:** piso em concreto simples, FCK=20Mpa, com espessura aproximadamente de 12cm.
- **Limpeza da Obra e Desmobilização.**

Não será permitida a subcontratação parcial do objeto, pois nossos estudos sobre o mercado concluíram que a contratada terá capacidade, devido à especialização exigida no edital, de executar o serviço como um todo.

7. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DE SERVIÇOS A SER CONTRATADO

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços de reforma da calçada frontal e impermeabilização do subsolo da edificação da Agência da Receita Federal do Brasil em São Bernardo do Campo/SP.



Adotamos a **Empreitada por Preço Global**, devido às seguintes vantagens:

a) Simplicidade nas medições, medições por etapa concluída: evita que o órgão pague por serviço não executado.

O contratado obriga-se a executar o serviço mediante remuneração calculada como um valor determinado. Assim, o pagamento da etapa irá variar tendo em vista o que efetivamente foi executado, conforme as medições e o cronograma físico-financeiro, observados os preços unitários apresentados na planilha do contratado (pressupondo-se que ao final, se executada o objeto em sua integralidade e nas condições ajustadas, o pagamento corresponderá ao valor total apresentado pelo licitante);

b) Melhor planejamento: manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato e menor custo para a administração na fiscalização dos serviços.

Contratado e contratante terão conhecimento prévio do valor total e o cronograma necessários para a execução do objeto, e, o primeiro, avaliado em suas condições de habilitação do certame, em tese provou, através de atestados de capacidade, todas as condições de elaborar excelente estratégia para a execução do objeto, com a disponibilização da quantia exata de recursos.

c) Valor final do contrato é, em princípio, fixo.

Esta característica traz segurança jurídica a ambos os polos do contrato, pois a alteração somente ocorrerá sob consenso das partes, restringindo o pleito para assinatura de aditivos. Dificulta o jogo de planilha;

d) Incentiva o cumprimento de prazos. O contratado só receberá quando concluída a etapa.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Valor (R\$): 85.869,35

A empresa elaboradora do Projeto Básico, AS Neto Engenharia, apresentou planilha de composição de custos na qual utilizou como fonte de preços as tabelas do sistema SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil) da Caixa Econômica Federal. O sistema SINAPI é referência para composições e preços de serviços e atividades de obras públicas e privadas no Brasil.

A equipe de planejamento processou a atualização dos valores referenciais de cada item da planilha de composição de preços, com o uso das mesmas tabelas do sistema SINAPI. Para tanto, foram acessadas em 12/02/2025 as tabelas referenciadas de **janeiro de 2025** estruturadas com os dois tipos de encargos sobre a mão de obra (**desonerado** e **não-desonerado**), disponibilizadas no site eletrônico da Caixa (<https://www.caixa.gov.br/poder-publico/modernizacao-gestao/sinapi/referencias-precos-insumos/Paginas/default.aspx>). Para efeito de comparação da vantajosidade econômica para a Administração, as planilhas com encargos desonerados e não-desonerados foram preenchidas, e o resultados é trazido na tabela a seguir:

SERVIÇO	VALOR REFERENCIAL COM BDI (R\$)	
	DESONERADO	NÃO-DESONERADO
Reforma da Calçada	54.884,78	56.183,23
Impermeabilização do subsolo	30.984,57	32.524,74
TOTAL (R\$)	85.869,35	88.707,97

Pela tabela, conclui-se que o tipo desonerado é a opção mais barata.



Para determinação do BDI referencial na planilha de preços atualizada, utilizamos o Acórdão TCU nº 2.622/2013, que estudou os BDIs de diferentes tipos e obras e serviços de engenharia e para itens específicos para aquisição de produtos.

Ainda, adotamos **duas** taxas de BDIs, conforme preveem o art. 9º, § 1º, do Decreto 7.983/2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia da União, e o citado acórdão TCU nº 2622/2013:

- a) uma diferenciada, para fornecimento de material e equipamentos, e
- b) outra, para serviços (mão de obra).

Justifica-se o uso de BDI diferenciado para materiais e equipamentos dado que **não** haverá parcelamento do objeto (a justificativa encontra-se no item 9 deste Estudo). Ou seja, a contratada fornecerá juntamente com a mão de obra, os materiais e equipamentos necessários, sendo que estes últimos “demandam incidência de taxa de BDI própria e inferior à taxa aplicável aos demais itens da obra”, conforme parágrafo 282 do Acórdão TCU nº 2622/2013:

“(…) nos casos em que materiais e equipamentos correspondam a um percentual significativo no preço global da obra e se houver justificativa técnica para comprovar que o fornecimento não possa ocorrer de forma parcelada, o percentual de BDI deve ser menor do que aquele aplicado sobre o valor da prestação de serviços, conforme estabelece a Súmula-TCU 253/2010, in verbis:

Comprovada a inviabilidade técnico-econômica de parcelamento do objeto da licitação, nos termos da legislação em vigor, os itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica que possam ser fornecidos com especialidades próprias e diversas e que representem percentual significativo do preço global da obra devem apresentar incidência de Bonificação e Despesas Indiretas – BDI reduzida em relação à taxa aplicável aos demais itens”.

Ao analisarmos a planilha de custos atualizada, a partir da tabela abaixo, separamos os custos globais unitários dos materiais e da mão de obra, sem o percentual de BDI, para cada etapa do serviço, e concluímos que os custos com materiais representam parte significativa do custo da contratação (67,79% na reforma da calçada e 65,51% na impermeabilização do subsolo), sendo, portanto, o assentimento para a adoção de BDI diferenciado:

REFORMA DA CALÇADA			
Item	Descrição da Etapa	Preços Unitários	
		Material (R\$)	Mão de Obra (R\$)
01	Serviços Gerais e Despesas Administrativas	1.878,15	798,21
02	Manutenção do Canteiro de Obras	13,19	162,98
03	Demolições e Remoções	171,17	381,20
04	Instalações Hidrossanitárias	368,29	276,58
05	Pisos da Calçada	749,47	78,66
06	Serviços Finais	1.439,49	496,45
TOTAL (R\$)		4.619,76	2.194,08
PORCENTAGEM (%)		67,79%	32,21%

IMPERMEABILIZAÇÃO DO SUBSOLO			
Item	Descrição da Etapa	Preços Unitários	
		Material (R\$)	Mão de Obra (R\$)
01	Serviços Gerais e Despesas Administrativas	1.878,15	798,21
02	Manutenção do Canteiro de Obras	13,19	162,98
03	Demolições e Remoções	86,58	194,23
04	Recomposição das Impermeabilizações	102,68	155,39
05	Recomposição de Acabamentos	70,53	3,34
06	Serviços Finais	1.439,57	576,19
TOTAL (R\$)		3.590,70	1.890,34



PORCENTAGEM (%)	65,51%	34,49%
------------------------	---------------	---------------

O parágrafo 388 do Acórdão TCU nº 2.622/2013 traz em seu quadro 18 os valores médios dos componentes do BDI diferenciado para aquisição de materiais e equipamentos, a saber: Administração Central (AC), Riscos (R), Seguro e garantia (S+G), Despesas Financeiras (DF) e Lucro (L). De posse desses dados e os demais componentes referentes aos Tributos e Contribuições (I), determinamos o BDI diferenciado para nossa aquisição de materiais de 22,39%:

COMPONENTES DO BDI - MATERIAIS		%
Administração Central	AC	3,45
Riscos	R	0,85
Seguros e Garantias	S+G	0,48
Despesas Financeiras	DF	0,85
Lucro	L	5,11
Tributos e Contribuições (I)	PIS	1,65
	COFINS	7,60
	ISS	0,00
	CPRB	4,50
TAXA BDI - MATERIAIS		28,78%

Por se tratar de serviço de engenharia civil, adotamos os valores médios dos componentes do BDI para o tipo de obra denominado “Construção de Edifícios”, apresentado no quadro 14 do parágrafo 378 do citado Acórdão, pois é o tipo que mais se assemelha ao da contratação pretendida, assim definidos:

COMPONENTES DO BDI – MÃO DE OBRA		%
Administração Central	AC	4,00
Riscos	R	1,27
Seguros e Garantias	S+G	0,80
Despesas Financeiras	DF	1,23
Lucro	L	7,40
Tributos e Contribuições (I)	PIS	1,65
	COFINS	7,60
	ISS	5,00
	CPRB	4,50
TAXA BDI – MÃO DE OBRA		41,93%

Fórmula do BDI:

$$BDI = \left(\left((1 + (AC + R + S + G)) \times (1 + DF) \times (1 + L) \div (1 - I) \right) - 1 \right) \times 100$$

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Conforme dita o item V, b, do artigo 40 da Lei 12.133/2021, o parcelamento é um dos princípios nas contratações de serviços pela Administração Pública, desde que técnica e economicamente viável. No presente estudo, no entanto, **optamos pela adjudicação do objeto por preço global em grupo único**, onde o serviço e o fornecimento de materiais são executados por fornecedor único, conforme as justificativas a seguir:

- o gerenciamento realizado pela mesma gestão tem maior nível de controle pela Administração;
- a interação é mais eficiente nas diferentes fases do serviço;
- há maior facilidade no cumprimento do cronograma preestabelecido e na observância dos prazos, pois ocorre a concentração da responsabilidade pela execução do trabalho;



d) há economia de escala, com a consequente redução de preços a serem pagos pela administração.

Ademais, o não parcelamento do objeto não tem a finalidade de reduzir o caráter competitivo da licitação, ao contrário, visa tão somente assegurar uma gestão criteriosa, pois seria por demais complexo administrar ao mesmo tempo vários contratantes, cada qual com suas peculiaridades, executando um mesmo objeto, causando sujeição entre elas e colocando em risco a conclusão do objeto.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

No caso em tela, **não** haverá contratações correlatas e/ou interdependentes, ou seja, o serviço em comento será contratado de forma independente.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação está alinhada ao Mapa Estratégico e à Cadeia de Valores da Receita Federal do Brasil, os quais estabelecem a necessidade de garantir a funcionalidade, segurança, adequação, conservação e eficiência da instituição em benefício da sociedade e respeito ao cidadão. Quanto às aquisições e contratações, é papel do Serviço de Programação e Logística (SEPOL) desta Delegacia adequar a infraestrutura física da unidade às necessidades institucionais, além de assegurar os recursos e otimizar sua aplicação.

A equipe regional de licitações segue as orientações do fluxo regional de autorizações para novas contratações e prorrogações contratuais, no qual estabelece, entre suas regras, que atividades de custeio com valores estimados inferiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), tem com autoridade competente para sua autorização o Delegado da Receita Federal do Brasil de unidades gestoras. A contratação em tela, no entanto, é classificada como **investimento**, e, portanto, não será necessária a mencionada autorização.

Em consulta ao [link](#) do Portal Nacional de Contratação (PNCP), onde é possível consultar o catálogo eletrônico de padronização do governo, verifica-se que ele disponibiliza para consulta somente os itens água mineral natural sem gás, café e açúcar. Portanto, não há correlação com o objeto da nossa aquisição, e, logo, não utilizamos o catálogo eletrônico de padronização.

12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

A reforma reverte-se em economicidade e eficiência operacional, garantindo o perfeito funcionamento do sistema e a preservação do patrimônio público.

A atividade finalística da RFB é exercer a administração tributária com justiça fiscal em benefício da sociedade. Com a terceirização das atividades-meio, há o aproveitamento total dos recursos humanos pela instituição, evita-se assim o acúmulo de tarefas, como consequente desvio de função, além de potencializar condições à prestação dos serviços especializados em benefício direto dos contribuintes.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Tecnicamente não haverá necessidade de ajustes internos nos ambientes do órgão, pois trata-se de serviço especializado que demanda profissionais capacitados. No entanto, para que a contratação atenda às necessidades da unidade, a Divisão de Programação e Logística da Superintendência nomeará servidores para acompanhar a fiscalização do contrato, os quais possuem larga experiência nos trâmites das contratações anteriores. Ademais, também com base nesta experiência, foi elaborado e juntado a este processo o Mapa de Riscos que prevê a probabilidade e o impacto de várias etapas da contratação.



14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

O serviço possui critérios e práticas de sustentabilidade em relação aos resíduos (entulhos, restos de obra), bem como a previsão da adequada execução a fim de atender as demandas sem infringir a legislação ambiental aplicável. Para tanto, deverão ser incluídos como obrigação da contratada, no termo de referência e edital, sem prejuízo das demais normas incidentes sobre o tema, critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto:

I. Adotar boas práticas de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição, tais como:

- Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;
- Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- Racionalização/economia no consumo de energia e água;
- Adequado acondicionamento dos resíduos gerados pelas suas atividades, separando o lixo seco do lixo orgânico, além da adequada destinação desses resíduos de acordo com a programação da coleta seletiva determinada pelas Prefeituras Municipais onde serão prestados os serviços;
- Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores; e
- Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.

II. Além das boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição exigidas acima, a contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, em cumprimento ao disposto no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, publicada no DOU de 20/01/2010, abaixo transcrito:

- Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
- Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- Respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, se usadas, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008; e
- Realizar a separação dos resíduos recicláveis na fonte geradora e a sua destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, conforme Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, procedida pela coleta seletiva de papel para reciclagem, quando couber, nos termos da legislação vigente.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.



Em relação à classificação das informações aqui tratadas, quanto ao seu acesso público (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), **não** vislumbramos nenhum grau de risco e/ou prazo de sigilo para os documentos elaborados neste certame.

15.1 JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE

Com base nas justificativas, premissas e objetivos descritos neste estudo técnico preliminar, declaramos a viabilidade da contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços de reforma da calçada frontal e impermeabilização do subsolo da Agência da Receita Federal do Brasil em São Bernardo do Campo/SP.

16. RESPONSÁVEL

Vagner Renato Avalos de Paulo
Equipe de Planejamento de Licitações
Assinado Digitalmente